Amarga travessia

É difícil identificar no Brasil outra cadeia produtiva em situação tão pungente para o produtor

Luiz Antonio Pinazza e Regis alimandro

A cada dia um grande número de propriedades rurais abandona a atividade leiteira no país. É um quadro dramático do ponto de vista econômico e social para muitas pequenas comunidades rurais. A avalanche arrasta até mesmo granjas sofisticadas: muitos rebanhos de elite estão indo a leilão. Uma pergunta vem à baila: é impossível mudar tal reestruturação? E logo uma segunda: não haverá meios de amainar sua virulência?

A realidade não se mostra nada branda em termos de velocidade de exclusão e seleção: a situação é pungente para o produtor de leite e derivados.

Dos discursos inócuos à dura realidade

Entre técnicos e lideranças, embora os discursos sobre as causas desse expurgo sejam muitos, as diferenças entre eles são mais semânticas do que substantivas. As explicações recaem basicamente sobre a fraca capacidade de competição do setor para suportar, sem qualquer proteção, a globalização e a abertura comercial. Em outras palavras, não foram concebidas nem muito menos implementadas estratégias elementares para enfrentar tais situações.

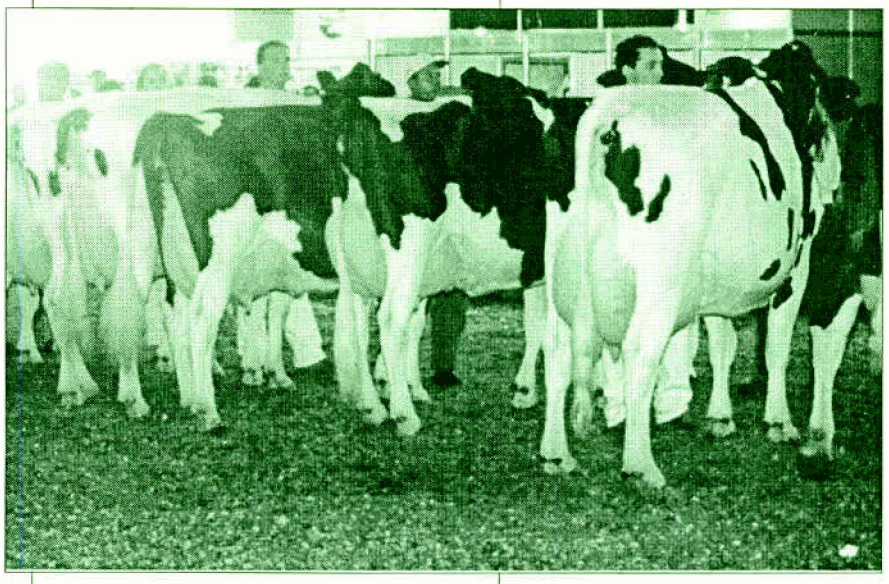
Em pouco tempo e de forma abrupta, a exploração ficou totalmente exposta às leis de mercado. Não foram estabelecidas medidas de natureza econômica institucional – barreiras comerciais ou tecnológicas e organização da escala de produção – para enfrentar esse novo ambiente. Na UE, EUA e Oceania a história teria um enredo bem diverso.

É claro que existem problemas crônicos enraizados em todo o

Recepção de leite sob inspeção federal

Mês	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*
Janeiro	946.199	970.492	1.079.019	961.309
Fevereiro	797.656	849.581	854.301	822.540
Março	832.416	863.658	971.610	859.876
Abril	761.181	783.698	886.791	797.398
Maio	749.183	814.737	890.410	805.641
Junho	719.600	791.884	845.938	785.539
Julho	711.984	826.678	846.155	871.526
Agosto	726.363	855.594	860.864	865.418
Setembro	699.012	818.488	882.157	847.627
Outubro	723.075	933.652	1.009.650	955.810
Novembro	835.367	1.002.846	1.044.547	969.701
Dezembro	939.382	1.065.821	1.094.731	1.015.211
Total	9.441.418	10.577.129	11.366.183	10.557.599

Fonte: SIF/MA.



Produção, importação e consumo de leite

Ano	*Produção*[1]	*Importação*[2]	*Consumo*[3]
1986	12,4	2.319	94
1987	12,9	813	110
1988	13,5	214	101
1989	14,1	1.357	98
1990	14,9	906	109
1991	15	1.313	106
1992	15,8	276	112
1993	15,6	632	108
1994	16	1.250	107
1995	18	3.200	113
1996	19	2.450	136
1997	20,4	2.000	138
1998	22,3	2.220	143

Fonte: IBGE, MA, MF, CAN.

[1] Bilhões de litros; [2] mil t; [3] litros por ano.

Cenários para sustentar a produção em 97

Cenário	Produção por propriedade (litros por dia)	Número de propriedades
1997	43	1.300.000
A	250	223.561
B	500	11.780
C	1.000	55.890
D	2.000	27.945
E	4.000	13.973

Fonte: Embrapa, 1997.

agribusiness brasileiro, e com o leite não foi diferente. De um lado, uma legislação anacrônica em ternos de normas e padrão de qualidade. De outro, a inspeção sanitária ineficiente que vaza pelos quatro cantos. O mercado informal grassa em âmbito nacional com a expressiva cifra, em 1997, de 45% da comercialização de leite e 31% da renda bruta.

Perspectivas sombrias

Para terceiros, essa descrição pode até surpreender. Afinal, olhando por alto a bovinocultura de leite, os números são ofuscantes. A produção teve um crescimento espetacular entre 1990 e 1998, de 50%. Contam-se nos dedos as atividades que tiveram desempenho semelhante ou superior no país. Mesmo para as importações, que também se expandiram significativamente, cabe o lenitivo de envolver apenas 10% da produção nacional. É bem provável que o maior problema esteja muito mais concentrado em torno das conseqüências na formação do preço interno do que nas quantidades propriamente envolvidas.

Efetivamente, as estatísticas trazem à tona algumas perspectivas sombrias. A cadeia evolui atropeladamente e a pas-

Com a desvalorização, a festa fica mais cara

Para estupefação dos criadores nacionais, em 1998 registrou-se um novo recorde de entrada de produtos lácteos no Brasil, grande parte deles carregada de subsídios na origem. Péssima notícia, já que em 1997 isso já havia ocorrido como nunca se vira antes. Frente a essa concorrência desleal e inimiga, os produtores dão sinais de organização e reagem com energia, como no caso do movimento SOS Leite.

Depois de longa e constante pressão, em fevereiro de 1998 o governo federal tomou duas medidas importantes de apoio ao setor:

- aumentou a alíquota de importação de 27% para 33%, de sorte a reduzir o interesse de outros países em negociarem o leite e seus derivados com o país;
- reduziu o prazo de produtos importados para 30 dias, interrompendo a mordomia do importador, que podia saldar sua dívida em até 400 dias.

Mesmo assim a quantidade de produtos importados continuou expressiva. Eram mercadorias oriundas principalmente da UE e da Oceania, que passavam por países do Mercosul e entravam no Brasil sem a alíquota de importação. Com essa manobra – a denominada triangulação – ficavam contempladas apenas com a tarifa externa comum (TEC), uma exclusividade dos países membros. A solução curta e grossa envolveria um aumento na TEC, semelhante ao que acontece com os países fora do Mercosul, submetidos a uma taxa de 33%. Essa proposta permanece em estudo na Câmara de Comércio Exterior, órgão ligado ao Gabinete Civil da Presidência.

As medidas anunciadas pelo governo representaram uma vantagem, mas o jogo continuou. No período de janeiro a agosto de 1998, entre leite em pó, soro, creme e derivados, o país importou 273,4 mil toneladas, contra 223,54 mil em 1997. As internalizações certamente tendiam a se acelerar. Isso foi refreado porque no segundo semestre o Ministério da Agricultura tomou duas medidas de caráter higiênico-sanitário, a saber: a) anuência prévia para liberação das Licenças de Importação (LI); e b) exigência de Serviço de Inspeção Federal (SIF) nos locais de armazenamento e processamento de produtos importados.

Antes, para adquirir produtos estrangeiros as empresas requisitavam apenas um documento chamado Declaração de Importação (DI). Dentro das novas regras estabelecidas pelo MA, as solicitações de compra passam agora por avaliações criteriosas no Sistema de Comércio Exterior (Siscomex). A própria exigência SIF é também restritiva, pois muitos importadores não cumprem as suas regulamentações.

Mesmo com decisões governamentais de apoio à produção e com o suporte institucional das entidades do setor, a preocupação prevalece com toda razão. Os produtos subsidiados do exterior representam forte ameaça. Freqüentemente de qualidade inferior, eles entram no país sem a devida fiscalização. Até o fim do primeiro semestre de 1998, cerca de 14 fábricas no Centro-Oeste foram autuadas e cerraram as portas por vender produtos estrangeiros a preços menores.

O risco da triangulação do leite continua assombrando os brasileiros. Quando se faz o balanço de 1998, constata-se que o Brasil importou US$511 milhões de produtos lácteos. Desse total, US$209 milhões foram trazidos da Argentina, um incremento de 8,5% em relação a 1997. Somente em leite em pó argentino foram despendidos US$169 milhões. Embora a desvalorização do real perante o dólar encareça as importações, até que ponto elas não serão incentivadas pela concessão de facilidades de crédito e juros dos exportadores aos importadores?

As negociações entre o governo e as entidades representativas do setor evoluem. Mas a velocidade desse processo não corre de acordo com as mudanças conjunturais e a necessidade de adaptação da cadeia produtiva. Entre os elos do agronegócio ainda prevalecem interesses conflitantes para garantir margens e rentabilidade nas operações. Quanto menor a organização, mais vulnerável fica o criador. Nessa situação, o governo possui um papel relevante de coordenação e modernização das relações entre fazendas, cooperativas e indústrias.

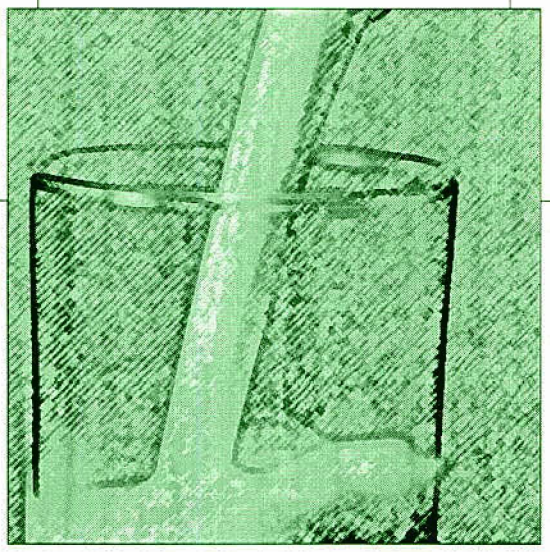
Granelização permeia a cadeia produtiva

As normas para coleta do leite a granel, criadas por força da Portaria nº. 255, de 5 de setembro de 1997, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, trouxeram luzes institucionais para o aprimoramento e qualificação dos elos da produção, beneficiamento, industrialização e distribuição da cadeia produtiva.

Por sua vez, a Portaria SIF/MG nº 120, de 10 de junho de 1998, proibiu o transporte de leite a granel sem resfriamento. A coleta da

sos largos, de maneira extremamente heterogênea. Metade do universo de criadores nacionais responde pela migalha de 10% da oferta de matéria-prima. Em contraponto, aqueles que extraem acima de 200 litros diários representam 10% do total e participam com 50% da oferta. É muito contraste.

As seqüelas dos prejuízos sofridos pelas propriedades leiteiras deixam marcas indeléveis. No estado de São Paulo, segundo o Instituto de Economia Agrícola (SP), no curto intervalo de 1994 a 1996 a quantidade de criadores se reduziu de 193,7 mil para 172,9 mil (dois por dia). Os cenários elaborados pela Embrapa dão a verdadeira dimensão do potencial e alcance dessa problemática.



Cooperativas: um caso a pensar

No plano teórico, amiúde se argumenta que o cooperativismo pode mitigar ou dosar a força implacável dos mercados em competição do tipo darwiniano. Ou seja, ante o pior dos males, pelo menos evita que o estrago seja absorvido a curto prazo. Com isso ganha-se tempo para acomodação e melhor distribuição da renda gerada pela atividade.

Nada errado: a ponderação tem sólidos fundamentos, tendo em vista as experiências pretéritas e as vividas em outros países e continentes. As cooperativas controlam o Milk Marketing Board na Inglaterra e o New Zealand Dairy Board na Nova Zelândia. O mesmo se sucede na Dinamarca com a MD Foods, na

produção de uma ou mais propriedades deve ser feita em um tanque de resfriamento. A seguir, o leite é transferido para o tanque de transporte, com dispositivo para descarga na plataforma de recepção. O tanque comunitário de refrigeração é permitido para o máximo de 2.500 litros de leite C.

Mais recentemente, em 11 de agosto último, o governo federal assumiu a bandeira da granelização, sob o Programa Nacional de Melhoria e Qualidade do Leite. A meta é chegar a 100% a curto prazo, até 2001, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Para o Norte e o Nordeste, a previsão é um pouco mais longa, para 2003. Ou seja, em meados da próxima década os postos de recepção e resfriamento terão desaparecido e o latão será mera lembrança.

Com a dispensa da intermediação entre o criador e a indústria surge um novo modelo de administração: o enfoque de processo sobre a visão cliente e fornecedor de cada elo ganha espaço, enquanto cresce a adoção de relações contratuais formais na captação da matéria-prima. A situação atual, em que a granelização abrange menos de 10% da produção nacional, mudará de figura rapidamente. O mercado de tanques resfriados se expandirá muito nesse período. As grandes empresas apostam nessa tendência e jogam suas fichas em produtos e serviços, como fazem a Westfalia, a Alfa Laval, a DEC Internacional, a Líder, a Packo Plurinox e a Cepem, entre outras.

A granelização por si só desencadeia novos comportamentos e enterra hábitos centenários na relação entre a produção e a comercialização do leite das fazendas, o conhecido primeiro percurso. A coleta a granel traz resultados imediatos e positivos, como a escala de produção. A viabilidade econômica do uso de tanques de resfriamento nas propriedades começa a partir da produção diária de 200 litros.

As empresas e cooperativas envasadoras e transformadoras do leite disputam os médios e grandes produtores, estimulando-os a adquirirem equipamentos por intermediação de bancos ou oferta de financiamento. No Sul do país há lugares onde o transporte do leite da fazenda já alcança 80% do total. Nessa corrida ficar para trás significa atraso e perda de competitividade.

O lado crítico se concentra nas regiões do interior cuja infra-estrutura em vias de transporte e eletricidade é precária. Trata-se de dois itens fundamentais para o funcionamento dos resfriadores e a saída das matérias-primas. A Federação da Agricultura do Estado do Rio Janeiro informa que somente 34% das propriedades leiteiras estaduais são eletrificadas. É um obstáculo a ser superado. Também os caminhões empregados na granelização são maiores do que os usados no transporte de latões, exigindo manutenção constante das estradas.

Um fato é certo: o caminho no sentido da granelização não tem retorno no Brasil. Se a cadeia láctea nacional está atrasada ou não na incorporação e implementação desse serviço, existem referências para avaliação. As raízes da coleta a granel foram fincadas nas bacias leiteiras próximas a Los Angeles, no estado da Califórnia, nos EUA, por volta de 1939. Trinta anos depois era a único meio adotado em todo o país. Na Comunidade Econômica Européia, atual UE, foi na virada dos anos 70 para os 80 que esse processo ganhou corpo e definição. Na América do Sul, a Argentina aparece na vanguarda.

Em termos qualitativos, a granelização acarreta benefícios para o agronegócio. No interior das granjas, as tarefas da ordenhas terão de levar mais a sério os padrões de limpeza e higiene. As perdas no transporte da matéria-prima até a usina diminuem em 5%. Da mesma forma, o pagamento pela qualidade estimula o produtor e oferece ao laticínio matéria-prima de maior aproveitamento industrial. Em decorrência do resfriamento, as bactérias que se desenvolvem à temperatura ambiente não prosperam no leite. A exigência mínima para receber no laticínio, de acordo com o Plano Nacional de Melhoria e Qualidade do Leite, é de 500 mil bactérias por mililitro, quase 1/10 do que se registra na prática.

No tocante à racionalidade, além da qualidade, os elos da cadeia recebem outras vantagens relevantes. A economia do produtor ganha pelo aumento na produção com duas ordenhas e com a redução no custo do frete, entre outras vantagens. Para o carreteiro, o trabalho fica mais fácil, dispensa o ajudante e a responsabilidade de medição do leite nas propriedades. Nas usinas, o carreto é feito em menor número mas em maior quantidade, com entregas escalonadas; as plataformas de recepção são eliminadas e acabam as despesas com energia, água, ingredientes químicos etc.

Agronegócios de leite e derivados

Projeção para 1999 – US$ milhões

Mercado	*Tipo*		*Unidade*	*Quantidade*	*Faturamento*
1 Formal	1.1 Leite	A e B	Milhões l	440	330
		C	Milhões l	2.500	1.450
		Longa Vida	Milhões l	2.800	2.050
		Pó	Mil t	275	1.450
		Condensado	nd	nd	320
	1.2 Derivados	Creme	nd	nd	220
		Iorgurtes	Mil t	380	780
		Queijos	Mil t	245	870
		Manteigas	Mil t	80	330
		Outros	nd		300
	Subtotal (1)				8.100
2.Informal	2.1 Leite cru		Mil t	7.500	3.180
	2.2 Queijos		Mil t	240	620
	Subtotal (2)				3.800
	Total (1) + (2)				11.900

Participação no mercado

Empresa	*Creme de leite*			*Leite condensado*		
	1995/96	1996/97	1997/98	1995/96	1996/97	1997/98
Nestlé	45,6	41,6	40,7	61,1	56,4	54,7
Glória	15,5	17,7	18,7	14,4	20,1	23,1
Parmalat	13,3	13,4	13	13,2	12,5	11,9
Mococa	10,5	9,7	7,9	0	0	0,9
Paulista	2	2,4	4,3	-	-	-
Batavo	4,2	4,8	4,2	-	-	-
Leco	1,9	1,9	2,2	-	-	-

Fonte: Nielsen – junho-julho 1998.

São Paulo, 1998: preços do leite ao produtor

(em R$ por litro)

Mês	*Leite B*	*Leite C (cota)*	*Leite C (extracota)*
Janeiro	0,269	0,235	0,131
Fevereiro	0,285	0,235	0,136
Março	0,281	0,24	0,133
Abril	0,33	0,256	0,145
Maio	0,33	0,262	-
Junho	0,345	0,268	-
Julho	0,322	0,26	-
Agosto	0,319	0,246	-
Setembro	0,305	0,236	0,153
Outubro	0,295	0,222	0,14
Novembro	0,288	0,219	0,145
Dezembro	0,281	0,215	0,146

Fonte: Faeasp.

No mês de janeiro passado, enquanto os preços do leite tipo B entregue às indústrias no Estado de São Paulo apresentaram uma pequena alta, os preços do leite C mostraram uma significativa retração em relação ao mês anterior (-7,4%). O leite C extracota ficou com preço estável.

Importação dos principais lácteos (t)

Produto	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1997 1°semestre*	*1998 2°semestre*
Longa vida	17.039	56.540	89.161	123.014	77.297	83.632
Pó	119.401	270.623	196.277	146.116	90.490	112.381
Manteiga	13.450	20.840	12.257	6.996	5.578	8.982
Queijos	23.825	89.281	33.865	31.865	19.217	14.052
Outros	3.443	21.474	25.366	22.230	8.895	21.853
Total	153.693	458.758	356.926	329.819	201.477	240.900

Fonte: Saemf.

França com a Sodiaal e na Alemanha. Os vizinhos de fronteira, Argentina e Uruguai, seguem por esse caminho, respectivamente, com a Sancor e a Conaprole. Esse rol também integra a maior da América Latina, a mexicana Lala.

O problema não está propriamente na organização jurídica mas sim no gerenciamento dessas entidades. Na história da constituição e evolução das cooperativas de sucesso dos outros países, há um verdadeiro cordão umbilical: o processo de integração e a reestruturação. O governo da Nova Zelância chegou à decisão radical de impedir a entrada de empresas estrangeiras em seu mercado. Mas as 12 cooperativas neozelandesas existentes atualmente – 180 na década de 60 – serão três até 2002. Na Alemanha, no ano 2000 estarão operando cinco, contra 14 hoje e 3.500 nos anos 70. Lições para serem estudadas e analisadas no Brasil.

A recém-criada supercooperativa dos EUA, a Dairy Farmers of America, é o exemplo máximo de união de forças entre gigantes do mundo cooperativista. Comungando as mesmas visões, missões, estratégias e políticas sob um único estilo administrativo, se juntaram a South Ampi, MMI's, Mid-am's e WDCI's. Distribuída em 42 estados, essa nova organização abraçará 22 mil associados e administrará 1/5 da produção leiteira nacional.

Sobre as 300 cooperativas de laticínios nacionais pesa uma ameaça bem real, de acordo com Jorge Rubez, presidente da Associação de Leite Brasil: há 10 anos, as nove cooperativas centrais existentes detinham 80% do mercado.

Números que atraem

O faturamento dos agronegócios de leite e derivados projetado para 1999 no Brasil cintila na ordem de US$11,9 bilhões, quantia que agu-

ça o apetite das corporações lácteas mundiais: elas já abocanham 35% do mercado brasileiro de leite fluido. Estão nesse caso a italiana Parmalat, a suíça Nestlé e a norte-americana Fleischmann Royal. Essas empresas e mais a Itambé programam investimentos de US$270 milhões na granelização da coleta do leite, na modernização das plantas processadoras e em campanhas de *marketing*.

O choque de competitividades altera também o mercado de leite e derivados no país. Há cinco anos a Nestlé tinha maior participação na comercialização desses produtos, mas a agressividade maior das concorrentes modifica esse quadro.

Enfim, as potencialidades brasileiras dessa matéria-prima e de consumo ainda estão para ser exploradas.

A CADEIA EVOLUI de maneira extremamente heterogênea. Metade do universo de criadores nacionais responde pela migalha de 10% da oferta de matéria-prima. Em contraste, aqueles que extraem acima de 200 litros diários representam 10% do total e participam com 50% da oferta.

Se o traçado futuro da pecuária leiteira nacional derivar para o modelo norte-americano, basta deixar o mercado selecionar os criadores profissionais. Será uma vitória de Pirro: a produção cresce concentrada em poucos sobreviventes e a grande parcela dos produtores busca outras atividades. Nos EUA, em 1955 havia 2,7 milhões de propriedades produtoras de leite, de onde se extraíam 57 bilhões de litros por ano. Passados 40 anos, ficaram 130 mil granjas para produzir 70 bilhões de litros anuais. Perguntar não ofende: isso interessa ao Brasil?

Email: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br

PECUARIA DE LEITE: MERCADO EXTERNO

A qualidade faz a diferença

O melhoramento genético e das técnicas de manejo permite que a produção de leite continue crescendo

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

Tomando por base os países selecionados pelo Usda, a produção leiteira das matrizes bovinas cresceu 1% em 1998. Brasil, Índia, China, Argentina e Austrália tiveram os melhores desempenhos. A UE, apesar de ser a maior produtora do planeta, teve queda. Lá, depois dos cortes promovidos nos subsídios em 1996 e 1997, a oferta ficou ajustada à demanda. Mas os estoques recrudesceram em 1998 e deverão persistir no presente ano, quando se espera um incremento de 2,6 milhões de toneladas.

Nos EUA, o preço médio do litro recebido pelo produtor é de 30 centavos de dólar. Esse valor varia de acordo com região, época do ano e disponibilidade do produto. A coleta a granel ocorre na plenitude. Os fazendeiros ganham pelo teor de proteína, embora as gorduras sejam mais valorizadas nas área de fabricação de queijo e manteiga. O critério de pagamento pela qualidade da matéria-prima usa como parâmetro a contagem de células somáticas: na relação número de células/mililitro, Wisconsin adota 700 mil, a Califórnia, 400 mil. Esses números tendem a ser padronizados, segundo o modelo adotado pela UE.

Reduzem-se os rebanhos, valoriza-se a qualidade

Quanto ao tamanho do rebanho, no cômputo global a tendência continua de queda em muitos países. Contudo, graças a trabalhos de aprimoramento genético aliados a melhores técnicas de manejo, a produtividade segue em firme ascensão em algumas regiões. Isso permite

